

Práticas sustentáveis na Administração Pública: uma análise bibliométrica das publicações nacionais

Carol Soares Bezerra de Sá Peixoto
Larissa Gomes Holanda de Sá Vieira
Marlon Esdras Jessé de Souza
José de Lima Albuquerque
Jorge da Silva Correia Neto

Resumo:

O presente estudo tem o objetivo de traçar o perfil bibliométrico dos artigos nacionais que abordaram a temática “Práticas sustentáveis na administração pública”, tendo como base de dados, o Portal de Periódicos da CAPES/MEC. Para tanto, é caracterizado como descritivo e utilizou a pesquisa bibliométrica para análise dos artigos constantes do portal de periódicos CAPES/MEC, entre 2007 e 2017, que adotaram a temática citada anteriormente. A busca foi realizada utilizando-se as palavras chaves: "ambiental", "administração pública" e "sustentabilidade". Após as filtragens, foram analisados um total de 25 trabalhos. Os resultados demonstraram que os estudos sobre esse tema possuem natureza predominantemente qualitativa, utilizam principalmente o estudo de caso e a pesquisa bibliográfica como formas de delineamento e são elaboradas, na sua maioria, por mais de um autor. As principais diretrizes utilizadas como base para as pesquisas foram a Lei 12.305/2010 e a A3P, sendo “Gestão adequada dos resíduos gerados” o eixo da A3P mais abordado. Conclui-se ainda que apesar do aumento do interesse dos pesquisadores a respeito do tema, notou-se que o número de pesquisas publicadas sobre a temática em foco ainda é pequeno.

Palavras-Chave: Sustentabilidade. Administração Pública. A3P.

1 Introdução

O consumo mundial de bens duráveis e não duráveis vem crescendo ano a ano, ocasionando a escassez dos recursos naturais e colocando em risco a sobrevivência das gerações futuras. Contudo, o indivíduo, a sociedade e as organizações públicas e privadas de todo o mundo mostram-se cada vez mais sensibilizados e preocupados com esse desequilíbrio ambiental. Nesse contexto, surge a necessidade de se promover o desenvolvimento de meios para perpetuar os recursos naturais e as espécies no tempo (STASKOVIK JUNIOR; KOPROWSKI; SANTOS, 2012), sendo uma solução para essa necessidade o conjunto de ideias e práticas denominado sustentabilidade.

De acordo com Marques e Tresivan (2018), o conceito de sustentabilidade, como objetivo do desenvolvimento sustentável (DS), foi proposto inicialmente pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, como uma forma de responder ao aumento populacional no pós Segunda Guerra, associado ao consumo desenfreado da época. Seramim et al. (2018) explicam que esse conceito evoluiu e, em 1994, surgiu o tripé da sustentabilidade, que considera o equilíbrio entre os aspectos social, ambiental e econômico.

A partir de então, as discussões sobre sustentabilidade vêm se intensificando e despertando o interesse de governos e empresas. Para Macini, Bansi e Caldana (2017), a implementação de ações sustentáveis nas atividades diárias das organizações é requerida por uma crescente consciência pública sobre a importância dessas organizações para o

desenvolvimento sustentável. Neste sentido, o poder público tem papel essencial na promoção de práticas sustentáveis, já que é responsável pela criação e manutenção de diversas políticas de incentivo à qualidade socioambiental.

Além de normatizar e fiscalizar, a administração pública pode tomar a iniciativa de reduzir o consumo de recursos naturais, com a finalidade de mitigar e/ou eliminar os impactos negativos ao meio ambiente. Dessa forma, garante o DS e incentiva a sociedade a adotar novos padrões e referências de consumo (FABRIS; BEGNINI, 2014).

Assim, na busca pela construção de espaços e vivências sustentáveis na esfera pública, o Ministério do Meio Ambiente (MMA), lançou em 1999 a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). Ela corresponde a um programa de orientação para implantação da gestão ambiental que visa o desenvolvimento sustentável e a disseminação de práticas e ações sustentáveis nas organizações públicas (MMA, 2009).

A partir desse contexto, passados quase 10 anos do lançamento da A3P, procurou-se responder a seguinte pergunta de pesquisa: **como vem se delineando a pesquisa acadêmica acerca das práticas sustentáveis no âmbito governamental?** Para tanto, objetivou-se traçar um perfil bibliométrico dos artigos nacionais que abordaram a temática “Práticas Sustentáveis na Administração Pública”, tendo como base de dados o Portal de Periódicos da CAPES/MEC, no período de 2007 a 2017. A relevância da pesquisa justifica-se pelo fato de incentivar novas discussões e por apontar direcionamentos para a pesquisa sobre o tema.

No que tange à organização deste artigo, além desta introdução, há ainda mais quatro seções. A seção de fundamentação teórica embasa o quadro conceitual da pesquisa e a seção de método de pesquisa descreve os procedimentos metodológicos utilizados. Já a seção de análise dos resultados expõe os resultados encontrados com a realização da pesquisa e a seção de conclusões apresenta as reflexões finais e as sugestões de estudos futuros.

2 Fundamentação teórica

2.1 Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável

Com o aumento da preocupação com as questões ambientais, por parte da sociedade contemporânea, o termo sustentabilidade vem ganhando relevância nas últimas décadas, apesar de não haver unanimidade para sua conceituação. De acordo com o Dicionário da Língua Portuguesa (XIMENES, 2001, p. 821), a palavra “sustentar” significa: apoiar, amparar; resistir; manter; proteger; aguentar, suportar; defender-se; conservar-se. Nota-se que este vocábulo possui vários significados e alguns deles se distanciam da questão ambiental. Ou seja, ser ambientalmente responsável exige “[...] que a exploração de áreas ou o uso de recursos planetários (naturais ou não) seja feito de forma a prejudicar o menos possível o equilíbrio entre o meio ambiente e as comunidades humanas e toda a biosfera que dele dependem para existir” (OLIVEIRA; GOMES, 2012, p. 4).

Para Vellanie Ribeiro (2009), sustentabilidade pode ser compreendida como tudo aquilo que pode se manter, que tem perspectiva de continuidade e pode ser caracterizado como cíclico e ininterrupto. Já Frota e Luiz (2013, p. 702) explicam que a sustentabilidade é um “meio de possibilitar um projeto civilizatório humano cujo fim último seria o alcance universal do equilíbrio entre o desenvolvimento e a preservação das fontes de vida futura”.

Diante disso, a sustentabilidade pode ser entendida como uma transformação que gera desenvolvimento através da utilização de práticas responsáveis, com o respeito ao que é humano e com o mínimo de impacto ao meio ambiente.

De acordo com Barbieri et al. (2014) e Lima et al. (2013), a sustentabilidade possui 3 dimensões: social, que leva em consideração os impactos sociais nas comunidades humanas (poder e equidade, mobilidade social, gestão social e identidade cultural); ambiental, que considera os impactos ambientais pelo uso de recursos naturais e pelas emissões de poluentes; e econômica, que se preocupa com a eficiência econômica, inovação e valor para os acionistas. Essas dimensões são conhecidas como *Triple Bottom Line* (TBL), expressão criada em 1994, por John Elkington, que definiu esses pilares para nortear a gestão das empresas em relação à sustentabilidade (RODRIGUES, 2015). Conforme Bernardes et al. (2016), o TBL é a base do desenvolvimento sustentável, e este só ocorre quando da prática de todas as dimensões (pessoas, planeta e lucro), ao mesmo tempo e em sua totalidade. Um é o objetivo e o outro é o processo.

Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável são termos utilizados constantemente como sinônimos, quando na realidade possuem significados diferentes. Corroborando com isso, Faustino e Amador (2016) explicam que desenvolvimento sustentável é um processo dinâmico de transformação que concilia o crescimento econômico, o desenvolvimento humano e a qualidade ambiental, enquanto o termo “sustentabilidade” é o objetivo desse desenvolvimento.

O conceito de sustentabilidade como objetivo do desenvolvimento sustentável foi amplamente disseminado a partir de 1987, quando o relatório “Nosso Futuro Comum”, redigido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, definiu que “o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades” (BRUNDTLAND et al., 1991, p. 46).

A partir de então, ocorreram vários eventos mundiais que tinham como ponto primordial de discussão o desenvolvimento sustentável. Em 1992, aconteceu no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como ECO 92, Rio-92 ou Cúpula da Terra. Nesta conferência, foram elaborados vários documentos, dentre os quais, destaca-se a Agenda 21. Definido como um instrumento de planejamento, essa agenda propõe a participação de todos os segmentos da sociedade, para formular políticas e práticas, que conciliam métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica, visando o desenvolvimento sustentável (FERREIRA et al., 2015; MELLO; OJIMA, 2004; VELTER et al., 2010).

Com a finalidade de diminuir a emissão de gases que provocam o efeito estufa, em 1997 foi assinado por vários países o Protocolo de Quioto (FERREIRA et al., 2015). Ainda em 1997, em Nova York, aconteceu a Rio+5, que objetivou revisar a implantação da Agenda 21 Global. Mello e Ojima (2004) apontam que neste evento foram listadas as principais dificuldades na implementação de práticas que visam à redução da pobreza do planeta e o aumento da igualdade social, reforçando a necessidade de acordos internacionais.

Por fim, vale ainda ressaltar que, em 2012, no Rio de Janeiro, ocorreu a Rio+20, onde chefes de Estado reassumiram o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável através de ações que visassem à erradicação da pobreza, a segurança alimentar, o turismo e o transporte sustentável, a promoção do trabalho digno para todos, o consumo e produção sustentáveis, a educação de qualidade, a igualdade de gênero e a diminuição de danos ao meio ambiente, entre outros (ONU, 2012). Isso demonstra o papel fundamental dos entes públicos

em incentivar a promoção de práticas que tenham por finalidade o desenvolvimento econômico, pautado na justiça social e na preservação dos recursos naturais.

2.2 Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e Práticas Sustentáveis

A Constituição Federal de 1988 (CF/88), em seu artigo 225, normatiza que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para a presente e futuras gerações” (BRASIL, 1988, online).

Desse modo, o poder público tem a obrigação de legislar e fiscalizar sobre questões ambientais, mas também deve promover, em seus processos, práticas que permitam a mitigação de danos ambientais. Nesse sentido, Freitas, Borgert e Pfitscher (2011) argumentam que a administração pública é tão promotora da sustentabilidade ambiental quanto a iniciativa privada.

Como a administração pública é responsável por movimentar de 10% a 15% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, sendo considerada a maior consumidora de bens e serviços do mercado (CARVALHO; SOUSA, 2013), é grande a necessidade das instituições públicas brasileiras implantarem um sistema de gestão ambiental que promova ações sustentáveis visando diminuir a geração de resíduos, de impactos ambientais e os desperdícios, advindos de suas atividades diárias (COGO; OLIVEIRA; TESSER, 2012; PEGORIN; SANTOS; MARTINS, 2014).

Foi neste cenário que, em 1999, o MMA criou a A3P, programa do governo federal baseado nas diretrizes da Agenda 21 Global que visa à promoção de ações e práticas sustentáveis nos diversos órgãos da administração pública, com a finalidade de reduzir custos, diminuir a quantidade de resíduos gerados e melhorar a qualidade de vida no ambiente de trabalho (MMA, 2016), em ligação direta com os esforços globais na promoção de ações sustentáveis para produção e consumo. Apesar de a A3P não ser de adesão obrigatória, o MMA recomenda a sua adoção pela administração pública direta e indireta em suas três esferas: federal, estadual e municipal (FREITAS; BORGERT; PFITSCHER, 2011; LUIZ et al., 2013).

O objetivo da A3P é estimular os gestores públicos a adotarem, em suas atividades rotineiras, práticas de gestão socioambiental que levem à economia de recursos e redução de gastos, por meio do uso racional dos bens públicos, da gestão de resíduos, da licitação sustentável e da promoção da sensibilização, capacitação e qualidade de vida no ambiente de trabalho (MMA, 2009). Para esse objetivo ser alcançado, é preciso a colaboração de todos os atores envolvidos na implantação da A3P, a fim de que ocorram mudanças de hábitos, visando à promoção da sustentabilidade na instituição.

Dessa forma, devido à relevância do programa e aos resultados positivos obtidos em 2002, a A3P ganhou o prêmio da Unesco – “O melhor dos exemplos”, na categoria Meio Ambiente. Em 2005, foram criados mais dois importantes mecanismos: a Rede A3P - canal de informação e comunicação sobre práticas de sustentabilidade implantadas pelas instituições públicas parceiras do MMA; e o Termo de Adesão - documento oficial de adesão à A3P (MMA, 2009).

Em 2007, com a reestruturação do MMA, a A3P passou a integrar o Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental (DCRS). Esse fato fortaleceu a A3P enquanto Agenda de Responsabilidade Socioambiental do Governo, fazendo dela uma das principais ações para proposição e estabelecimento de um novo compromisso governamental ante as

atividades da gestão pública, incorporando critérios ambientais, sociais e econômicos a tais atividades (MMA, 2009).

Nesse contexto, a agenda foi pautada em seis eixos temáticos, norteadores na adoção de práticas sustentáveis a serem adotadas pelos órgãos públicos. Com base em Prado (2015), Cogo, Oliveira e Tesser (2012) e na cartilha “Como implantar a A3P” (MMA, 2016), esses eixos e suas práticas sustentáveis estão descritos a seguir:

2.2.1 Uso racional dos recursos naturais e bens públicos: implica a redução do desperdício através do uso racional de recursos naturais e bens públicos. Engloba o consumo eficiente de água, energia e madeira, a diminuição ou erradicação do uso de copos plásticos (a serem substituídos por copos ou canecas de material não-descartável), a utilização de lâmpadas econômicas (que devem ser apagadas quando os ambientes não estiverem em uso), a preferência pela utilização de papel reciclado (evitando o uso desnecessário, fazendo a impressão frente-e-verso e reutilizando como rascunho), e o incentivo ao transporte coletivo e às caronas solidárias, entre outras práticas.

2.2.2 Gestão adequada dos resíduos gerados: o gerenciamento dos resíduos sólidos é regulamentado pela Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, Lei nº 12.305/2010 e pelo Decreto nº 7.404/2010 que preveem a redução e a destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados pelas instituições públicas. A estruturação deste eixo engloba medidas que visam à implantação da coleta seletiva e da reciclagem, a reutilização dos resíduos sólidos e a destinação final ambientalmente adequada dos rejeitos. As ações desse eixo são pautadas na adoção da política dos 5R's: Repensar atitudes com o objetivo de diminuir a deterioração ambiental; Reduzir o consumo; Recusar produtos desnecessários ou que gerem impactos socioambientais significativos; Reutilizar; e Reciclar produtos.

2.2.3 Qualidade de vida no ambiente de trabalho: envolve os aspectos físicos, ambientais e psicológicos do local de trabalho. Esse eixo temático tem por finalidade atender as necessidades do servidor, objetivando o aumento da sua produtividade e do seu bem estar. Engloba ações que buscam ampliação da participação dos servidores nos processos institucionais, redução do estresse, e garantia da acessibilidade, da segurança e da saúde no trabalho.

2.2.4 Sensibilização e capacitação dos servidores: implica a mudança de hábitos, comportamentos e padrões de consumo. A sensibilização visa à promoção de campanhas com intuito de criar e/ou estimular uma consciência socioambiental nos gestores, servidores e outros atores envolvidos. Já a capacitação busca, através de minicursos, palestras e seminários, o desenvolvimento de competências socioambientais (institucionais e individuais).

2.2.5 Licitações Sustentáveis: busca promover a responsabilidade socioambiental nas aquisições de bens e nas contratações de serviços, obras e reformas, agregando critérios de sustentabilidade a esses procedimentos, a partir de uma visão sistêmica do processo produtivo. Este eixo encontra respaldo em distintos instrumentos normativos como leis, decretos, instruções e portarias, tal como a Instrução Normativa nº 01 de 2010, que regulamenta a utilização de critérios sustentáveis na aquisição de bens e na contratação de obras e serviços pelos órgãos do Poder Executivo.

2.2.6 Construções Sustentáveis: a estruturação desse eixo temático versa sobre construções sustentáveis, definidas como aquelas que consideram na sua concepção, constituição, operação e renovação, práticas reconhecidamente sustentáveis. Desta maneira, essas construções levam em consideração a redução dos resíduos gerados, a preservação ambiental, a qualidade do ambiente construído e a otimização do consumo de materiais, energia e água.

O programa A3P tem-se mostrado um importante instrumento norteador dos órgãos e entidades públicas sobre a promoção de ações sustentáveis. Nesse sentido, Carvalho e Sousa (2013) argumentam que por meio da A3P os gestores públicos geram economia para a Administração Pública e minimizam possíveis impactos ambientais. Isso denota a relevância de se observar a vivência de práticas sustentáveis no âmbito das organizações públicas, inclusive investigando como essa temática vem sendo estudada pela academia.

3 Método de pesquisa

A presente pesquisa buscou analisar as principais características dos artigos publicados no portal de Periódicos CAPES/MEC, entre 2007 e 2017, que abordam a temática: Práticas Sustentáveis na Administração Pública.

Para tanto, utilizou como estratégia de pesquisa a análise bibliométrica, definida como uma “técnica quantitativa e estatística de medição dos índices de produção e disseminação do conhecimento científico” (ARAÚJO, 2006, p. 12). Para Treinta et al. (2014), o estudo bibliométrico objetiva identificar o que foi produzido pela comunidade científica sobre um determinado assunto, como também analisar as principais tendências da pesquisa sobre a temática abordada. Deste modo, a bibliometria é uma importante ferramenta na produção de novas pesquisas, pois mapeia o conhecimento sobre um tema específico, determinando, por exemplo, as principais referências, os estudiosos mais importantes e os periódicos mais relevantes da área. Quanto à finalidade, este estudo é classificado como descritivo, uma vez que procura descrever as características de determinado fenômeno (GIL, 2008).

Dessa forma, escolheu-se a base de dados do portal de periódicos CAPES/MEC, por ser uma biblioteca virtual de referência para toda a comunidade científica. Já o período de análise foi delimitado entre 2007 e 2017, pois se procurou analisar o perfil das pesquisas a partir da reestruturação do Ministério de Meio Ambiente, ocorrida em 2007. Este fato fortaleceu a A3P enquanto Agenda de Responsabilidade Socioambiental, fazendo com que o governo assumisse um novo compromisso de implementação de práticas sustentáveis na gestão pública, incorporando critérios ambientais, sociais e econômicos ao setor público.

Assim, para atingir os objetivos propostos, procedeu-se a busca, no *site* do portal de periódicos CAPES/MEC, dos artigos que adotaram a temática: práticas sustentáveis na administração pública. Para tal, a pesquisa foi realizada utilizando-se as palavras-chave: "ambiental", "administração pública", "sustentabilidade"; e os filtros: (1) tipo de recurso: artigo; (2) idioma: português; (3) período: 2007 a 2017.

Este processo identificou um *corpus* de 214 artigos. Em seguida, esse *corpus* passou por uma nova filtragem, na qual se realizou a leitura dos resumos, sendo descartados os artigos que não tratavam da temática do estudo em foco, obtendo-se assim, um *corpus* final de 25 trabalhos.

Posteriormente, procedeu-se a organização das informações obtidas, com o auxílio de planilha eletrônica do *software* Excel®. Adicionalmente, utilizou-se a ferramenta *Wordclouds.com* para a construção da nuvem de palavras. Por fim, através da análise bibliométrica, foram mapeadas as seguintes características: o perfil das revistas e ano de publicação dos artigos; as principais metodologias de pesquisa utilizadas; a quantidade de autores por artigo; o perfil dos autores: quantidade de artigos publicados e universidades de origem; as diretrizes ambientais mais citadas; os eixos temáticos da A3P mais abordados; as principais palavras-chave utilizadas e os principais autores citados nos artigos.

Na próxima sessão são apresentados os resultados obtidos.

4 Análise dos resultados

Para melhor visualização e entendimento, as características identificadas na análise bibliométrica foram sumarizadas em quatro categorias e apresentadas através de tabelas e gráficos.

4.1 Distribuição das publicações por ano e perfil das revistas

O Gráfico 01 apresenta a quantidade de artigos publicados por ano, no qual nota-se um crescimento relativo de pesquisas que discutem a temática entre 2007 e 2017. Percebe-se também que o maior quantitativo de publicações concentra-se entre os anos de 2012 e 2016. Esse fato denota o aumento do interesse dos pesquisadores sobre esse tema neste período e, mesmo havendo acréscimo no número de publicações, a média de trabalhos publicados por ano foi de apenas 2,27 artigos. Esses dados demonstram que o quantitativo de pesquisas na área ainda é pequeno, corroborando com os resultados de Peloso et al. (2013).

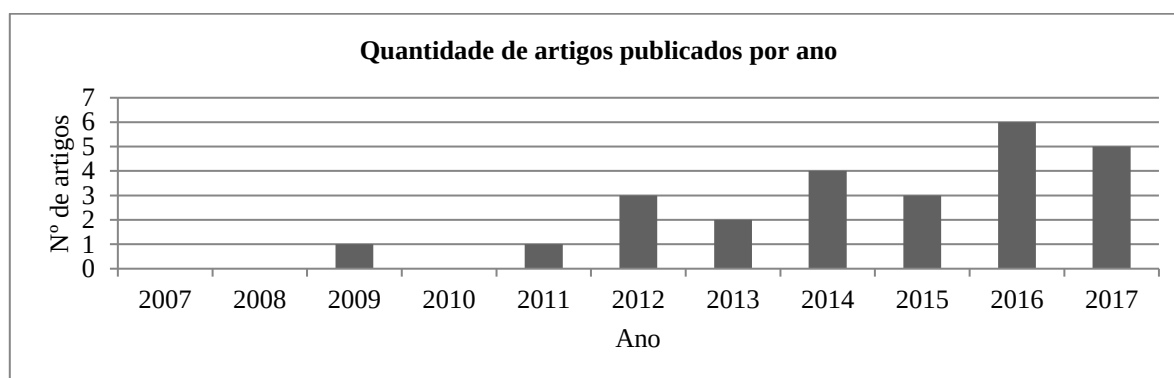


Gráfico 01. Quantidade de publicações por ano

No que tange ao veículo de publicação, os artigos que abordam a temática desse estudo estão distribuídos em 10 periódicos, conforme a Tabela 01. Observa-se que 64% das publicações estão concentradas em apenas três revistas: Revista de Gestão Ambiental e da Sustentabilidade (GeAS), com 7 trabalhos publicados; HOLOS, com 6 artigos; e a Revista Metropolitana de Administração e Desenvolvimento Sustentável, com 3 publicações.

Tabela 01. Revistas em que os artigos foram publicados

Revista	Total		Qualis
	N	%	
Enfoque : Reflexão Contábil	1	4,0	B1
GeoGraphos: Revista Digital para Estudantes de Geografía y Ciencias Sociales	1	4,0	B2
HOLOS (Natal Online)	6	24,0	B2
Revista Controle	2	8,0	B4
Revista de Administração Pública – RAP	2	8,0	A2
Revista de Contabilidade e Controladoria - RC&C	1	4,0	B3
Revista de Gestão Ambiental e da Sustentabilidade – GeAS	7	28,0	B2

Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade	1	4,0	B2
Revista ESMAT	1	4,0	B4
Revista Metropolitana de Administração e Desenvolvimento Sustentável	3	12,0	B3
Total	25	100,0	

Fonte: dados da pesquisa

As revistas foram classificadas de acordo com o Qualis definido pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) para área de Administração. Através dele é possível inferir a qualidade e relevância dos artigos.

Verificou-se assim que duas revistas estão categorizadas no estrato B4, com três publicações e que apenas uma revista, a Revista de Administração Pública (RAP), uma das mais importantes para a área de Administração, está classificada como A2, com um total de duas publicações.

Vale notar ainda que a maioria dos periódicos está no estrato B2 e acumulam 52% dos estudos sobre o tema, sendo a Revista de Gestão Ambiental e da Sustentabilidade (GeAS) e a HOLOS, as revistas classificadas no estrato B2 que apresentaram o maior quantitativo de trabalhos referente ao assunto tratado. A Revista GeAS (ISSN 2316-9834) é um periódico interdisciplinar que objetiva disseminar conhecimento na área de Gestão Ambiental e de Sustentabilidade em suas três dimensões: ambiental, econômico e social. Já a HOLOS (ISSN 1807-1600) é uma revista *on-line* do Instituto Federal do Rio Grande do Norte que publica artigos multidisciplinares.

Outro resultado que chama atenção é o fato de 72% dos artigos terem sido publicados em periódicos classificados entre os estratos A2 e B2. Isso demonstra que esses estudos apresentam boa qualidade para o campo científico da área de administração.

4.2 Características metodológicas da pesquisa

Em relação ao delineamento da pesquisa, foram encontrados cinco tipos (estudo de caso, pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa-ação e *survey*) descritos na Tabela 02, sendo constatado que em 8 trabalhos foram utilizados mais de uma metodologia de delineamento. Os dados demonstram que a maior parte dos estudos analisados é caracterizada como Estudo de Caso (35%), o que corrobora com Gil (2008), quando este afirma que o estudo de caso vem sendo utilizado com grande frequência pelos pesquisadores sociais, pois, pode servir a pesquisas com diferentes objetivos: na exploração de situações reais, nas quais os limites não são definidos claramente; na descrição do contexto investigado de determinada situação; e para explicar as causas de determinados fenômenos complexos, nas quais não se pode utilizar levantamentos e experimentos.

Pode-se notar ainda que os delineamentos de pesquisa menos adotados foram Pesquisa-ação e *Survey*, ambos utilizados em apenas 3% das publicações. No tocante à natureza da pesquisa (Tabela 02), a maioria dos estudos analisados possui natureza qualitativa (60%), seguidos pelos trabalhos mistos (32%), que mesclam métodos qualitativos e quantitativos, e a minoria dos artigos apresenta caráter quantitativo (8%). Isso pode demonstrar que os pesquisadores que desenvolvem estudos sobre práticas sustentáveis na administração pública estão mais interessados na interpretação de fenômenos e atribuição de significados, que segundo Silva e Menezes (2005) são as características básicas da pesquisa qualitativa. Um bom exemplo disso é que, em alguns dos artigos analisados, os pesquisadores se utilizam

de entrevistas, buscando uma análise subjetiva sobre como as práticas sustentáveis são aplicadas na organização estudada.

Tabela 02. Aspectos metodológicos dos artigos

Delineamento da pesquisa	
	% de artigos
Estudo de Caso	35%
Pesquisa bibliográfica	35%
Pesquisa documental	24%
Pesquisa-ação	3%
Survey	3%
Natureza da pesquisa	
	% de artigos
Qualitativa	60%
Quantitativa	8%
Mista	32%

Fonte: dados da pesquisa

4.3 Autoria e vínculo institucional do autor/coautor

Na Tabela 03 é possível identificar a quantidade de autores por artigo. A partir dela constata-se que apenas 16% das publicações são de autoria individual, enquanto que 84% dos artigos possuem mais de 1 autor, sendo mais comuns os estudos com 4 e 2 autores. Esses dados podem evidenciar que as pesquisas, sobre o tema em estudo, são normalmente desenvolvidas em parceria.

Tabela 03. Quantidade de autores por artigo

Autoria	Total	
	N	%
Autoria Individual	4	16,0
2 Autores	7	28,0
3 Autores	6	24,0
4 Autores	8	32,0
Total	25	100,0

Fonte: dados da pesquisa

Além de identificar a quantidade de autores por artigo, buscou-se, neste estudo, quantificar os trabalhos publicados por cada autor/coautor, evidenciando a Instituição de Ensino Superior (IES) à qual estão vinculados. Assim, realizou-se o levantamento de todos os autores e coautores dos 25 artigos estudados, totalizando um número de 64 pesquisadores. Desses, apenas três se destacaram aparecendo como autores ou coautores em mais de um artigo, são eles: Elisete Dahmer Pfitscher (com três publicações), Fabrícia Silva da Rosa (com duas publicações) e Handson Cláudio Dias Pimenta (com duas publicações). Posteriormente, através de análise dos artigos e do Curriculum Lattes dos autores, foi realizada uma busca em que se elencou as IES a que os 64 pesquisadores estão vinculados. Os resultados são apresentados na Tabela 04.

Tabela 04. Quantidade de autores e Instituição de Ensino Superior (IES) de vínculo

IES	UF	Quant. de autores
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	SC	11
Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN)	RN	5
Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP)	PR	4
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)	PR	4
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	MG	4
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	RJ	4
Universidade Federal do Tocantins (UFT)	TO	4
Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG)	MG	3
Universidade de Fortaleza (Unifor)	CE	3
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)	PB	3
Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	MT	2
Universidade Federal do Ceará (UFC)	CE	2
Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS)	SP	2
Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)	PR	2
HORUS Faculdades	SC	1
Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo (IPT)	SP	1
Instituto Federal Fluminense (IFF)	RJ	1
Universidade da Amazônia (UNAMA)	PA	1
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)	SC	1
Universidade Estadual Paulista (UNESP)	SP	1
Universidade Federal de Viçosa (UFV)	MG	1
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)	MS	1
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	RN	1
Universidade Federal Fluminense (UFF)	RJ	1
Nenhuma	-	1
Total		64

Fonte: dados da pesquisa

Ao analisar a Tabela 04, nota-se que autores de 24 IES publicaram sobre o tema, com destaque para a UFSC. Em relação à distribuição geográfica, a pesquisa sobre Práticas sustentáveis na administração pública se concentra na região Sul, com 36,51% dos autores, seguida pelas regiões Sudeste (28,57%), Nordeste (22,22%), e Norte (7,94%), sendo a região Centro-Oeste a que apresentou o menor percentual (4,76%). Destaca-se que apenas um autor não se encontra vinculado a nenhuma IES.

4.4 Bases teóricas dos artigos

A Tabela 05 apresenta as principais diretrizes ambientais citadas no referencial teórico dos artigos. A Política Nacional de Resíduos Sólidos foi a diretriz mais citada, aparecendo em 10 artigos, ressaltando-se assim sua importância como instrumento que orienta sobre a implantação de práticas sustentáveis no ambiente público. Já a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) foi a segunda diretriz mais citada, aparecendo em sete artigos.

Pode-se destacar ainda o Relatório de Brundtland, que aparece no referencial teórico de seis artigos, para apresentar o conceito de desenvolvimento sustentável. Outra diretriz também citada em seis trabalhos foi o artigo 225 da CF/88, que estabelece o dever do poder público em preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações.

Já as diretrizes ambientais menos citadas nos artigos da amostra foram a Instrução Normativa nº 01/2010, que normatiza o emprego de ações sustentáveis em licitações e contratações públicas, e a Agenda 21, estabelecida como um instrumento de planejamento que visa à construção de uma sociedade sustentável, ambas abordadas em apenas 5 artigos.

Tabela 05. Principais diretrizes ambientais citadas no referencial teórico dos artigos

Principais diretrizes ambientais citadas	Nº de artigos
Lei nº 12.305/2010	10
A3P	7
Artigo 225 da Constituição Federal	6
Relatório Brundtland	6
Agenda 21	5
IN nº 01/2010	5

Fonte: dados da pesquisa

No que concerne à identificação dos eixos temáticos da A3P adotados nos artigos, foi realizada a leitura dos estudos e em seguida foi contabilizado o quantitativo de trabalhos que abordavam cada tema. Na Tabela 06, estão listados os eixos temáticos e o número de publicações acerca de cada eixo, mas vale destacar que muitos estudos abordaram mais de um tema.

Tabela 06. Quantitativo de artigos em relação aos eixos temáticos abordados

Eixos temáticos da A3P	Nº de artigos
Gestão adequada dos resíduos gerados	17
Uso racional dos recursos naturais e bens públicos	15
Sensibilização e capacitação dos servidores	12
Licitações Sustentáveis	11
Qualidade de vida no ambiente de trabalho	8
Construções Sustentáveis	2

Fonte: dados da pesquisa

O eixo temático mais recorrente nas pesquisas analisadas foi **Gestão adequada dos resíduos gerados**, abordado em 17 artigos, seguido pelos eixos **Uso racional dos recursos**

naturais e bens públicos e **Sensibilização e capacitação dos servidores**, adotados em 15 e 12 estudos, respectivamente. O quarto e o quinto eixos mais utilizados nos estudos foram **Licitações Sustentáveis** (11) e **Qualidade de vida no ambiente de trabalho** (8). Já o eixo **Construções Sustentáveis** (2) foi o tema menos abordado nos estudos, provavelmente isso se explica pelo fato de ser uma temática recente que, segundo Prado (2016), foi incorporada à A3P a partir de 2014 pelo MMA.

Em relação às palavras-chave mais utilizadas nos artigos, foi construída a nuvem de palavras que pode ser observada na Figura 01. A nuvem de palavras é uma ferramenta que apresenta a frequência de determinados termos em um contexto e contribui na verificação de temas de destaque, observados na análise da produção acadêmica de determinada temática (RIBEIRO, 2016). Dessa maneira, pode-se destacar que as palavras-chave mais frequentes nos artigos da amostra desse estudo foram “ambiental” que apareceu em 13 artigos, seguida das palavras “gestão” (11), “pública” (10) e “sustentabilidade” (8). Esse resultado evidencia a relevância desses termos para a temática sobre práticas sustentáveis na administração pública.

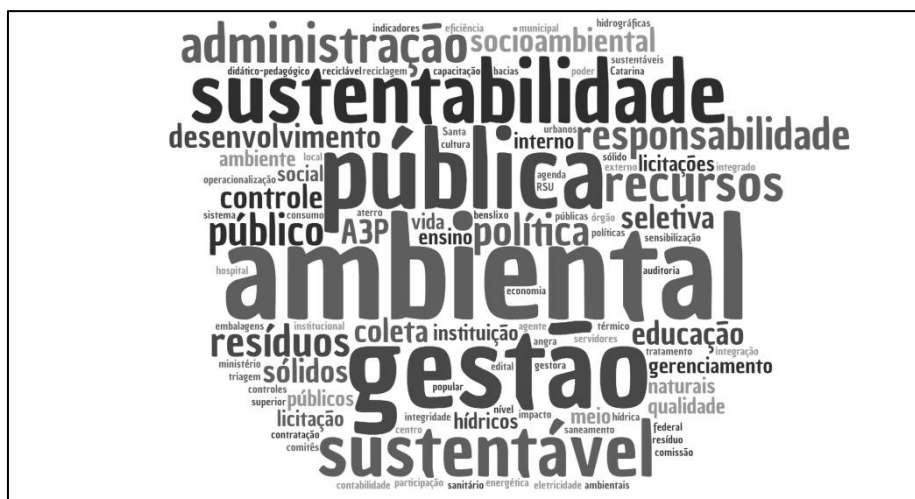


Figura 01. Nuvem de palavras-chave mais citadas nos artigos da amostra

A última análise realizada se refere à verificação dos autores mais citados nos 25 artigos estudados, visando verificar quais as referências mais utilizadas pelos pesquisadores da área. Para tanto, quando um autor era citado mais de uma vez em um determinado artigo, o mesmo só era contabilizado uma única vez. Assim, foram identificadas 467 citações (370 eram únicas). Na análise da Tabela 07, observam-se os autores que obtiveram três ou mais citações entre os artigos da amostra.

Tabela 07. Autores citados três ou mais vezes nos artigos

Autor	Quantidade de citações
BARBIERI, José Carlos	3
BARDIN, Laurence	3
DONAIRE, Denis	3
GIL, Antonio Carlos	9
MONTEIRO, José Henrique Penido	3
PFITSCHER, Elisete Dahmer	3

RICHARDSON, Roberto Jarry	4
SACHS, Ignacy	3
SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini	3
TAUCHEN, Joel Antônio	4
VALENTE, Manoel Adam Lacayo	3
VERGARA, Sylvia Constant	3
YIN, Robert K.	5

Fonte: dados da pesquisa

Pela Tabela 7 percebe-se que os autores mais citados na temática das práticas sustentáveis são: Joel Antônio Tauchen (citado em 4 artigos/livros - Gestão ambiental em Instituições de Ensino Superior); José Carlos Barbieri (3 – Gestão ambiental); Denis Donaire (3 – Gestão Ambiental); José Henrique Penido Monteiro (3 – Gerenciamento de Resíduos Sólidos); Elisete Dahmer Pfitscher (3 - Gestão e sustentabilidade através da contabilidade); Ignacy Sachs (3 - Desenvolvimento sustentável); Maria Elizabete Bernardini Seiffert (3 - Gestão e sustentabilidade através da contabilidade); e Manoel Adam Lacayo Valente (3 - Licitações e compras sustentáveis).

Assim, esses autores podem ser evidenciados como importantes referências para a área da administração pública na busca do desenvolvimento de ações sustentáveis. Outro fato importante é que todos são brasileiros, o que ressalta a influência nacional sobre essa temática.

Já Antônio Carlos Gil, Robert K. Yin, Roberto Jarry Richardson, Sylvia Constant Vergara e Laurence Bardin foram citados em 9, 5, 4, 3 e 3 artigos, respectivamente. Esses autores abordam assuntos sobre metodologia da pesquisa científica, o que reforça o fato de serem considerados relevantes, no que se refere a métodos de pesquisa.

5 Conclusões

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar o perfil das publicações sobre práticas sustentáveis na administração pública, a partir da reestruturação do Ministério de Meio Ambiente em 2007, quando a A3P ganhou força enquanto agenda de responsabilidade socioambiental, até o ano de 2017. Como corpo da pesquisa, foram analisados 25 artigos, constantes no portal de periódicos CAPES/MEC.

A partir desse levantamento, foi possível verificar que os trabalhos sobre essa temática têm natureza predominantemente qualitativa, utilizam principalmente o estudo de caso e a pesquisa bibliográfica como formas de delineamento e são elaborados por dois ou quatro autores, em sua maioria.

Em relação aos autores que mais publicam sobre o assunto, notou-se que a maior parte destes estudos está vinculada a Instituições de Ensino Superior, sendo as principais, a UFSC e o IFRN, estando, portanto, a pesquisa sobre a matéria em foco mais concentrada nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste.

As principais revistas que publicaram sobre o tema nesse período foram a Revista de Gestão Ambiental e da Sustentabilidade (GeAS), a HOLOS e a Revista Metropolitana de Administração e Desenvolvimento Sustentável. As principais diretrizes utilizadas como base para as pesquisas foram a Lei 12.305/2010 e a A3P, sendo Gestão adequada dos resíduos gerados, o Uso racional dos recursos naturais e a Sensibilização e capacitação de servidores os eixos mais debatidos nesses estudos. Ainda foi possível identificar os autores mais citados que

tratam da temática: Tauchen, Barbieri, Monteiro, Pfitscher, Sachs, Seiffert e Valente. Já as palavras-chave mais recorrentes nos estudos sobre a temática foram “ambiental”, “gestão”, “pública” e “sustentabilidade”.

Os resultados permitem ainda observar que no período avaliado (2007 – 2017) houve um aumento do interesse dos pesquisadores pelo tema, apesar de se notar que são poucas as pesquisas publicadas na área, uma vez que a média de trabalhos publicados por ano foi de 2,27 artigos apenas.

Desta maneira, espera-se que esta bibliometria, através de seus resultados, tenha fornecido um panorama atual das pesquisas realizadas sobre Práticas Sustentáveis na Administração Pública e orientado quanto a temáticas demandadas por estudos futuros. Destaca-se ainda que, apesar da CAPES/MEC ser uma base de dados de importante relevância para a pesquisa nacional, considera-se como fator limitante deste estudo, o fato do mesmo não ter utilizado outras bases de dados de pesquisa científica.

Sugere-se, assim, novos estudos compreendendo outros veículos de publicação sobre a matéria, ampliando o período de análise e envolvendo dissertações e teses. Tal sugestão se dá devido à importância dos estudos que estimulam a aplicação de práticas sustentáveis na esfera governamental com o intuito de reduzir custos, diminuir danos ao ambiente e empregar ações de responsabilidade social.

Referências

ARAÚJO, Carlos Alberto. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-32, jan./jun. 2006.

BARBIERI, José Carlos et al. Gestão verde da cadeia de suprimentos: análise da produção acadêmica brasileira. **Revista Produção Online**, v. 14, p. 1104-1128, 2014.

BERNARDES, Leandro dos Santos et al. Sustentabilidade e inovação social: o lixo que gera oportunidades. **Revista Gestão e Sustentabilidade Ambiental**, Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 785-813, out./mar. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília.

BRUNDTLAND, Gro Harlem et al. **Nosso Futuro Comum**. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/12906958/Relatorio-Brundtland-Nosso-Futuro-Comum-Em-Portugues>> Acesso em: 17 jun. 2017

CARVALHO, Denis Barros de; SOUSA, Evangelina da Silva. Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) e Licitações Sustentáveis: um estudo no restaurante Universitário da Universidade Federal do Piauí. In: COLOQUIO DE GESTIÓN UNIVERSITARIA EN AMÉRICAS, 8., 2013, Buenos Aires. **Anais...**Santa Catarina: UFSC, 2013.

COGO, Giselle Alves da Rocha; OLIVEIRA, Ivanir Luiz de; TESSER, Daniel Poletto. Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) - Um instrumento a favor da sustentabilidade na Administração Pública. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 32., 2012, Bento Gonçalves. **Anais...**ABEPRO, 2012.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. 2 ed. São Paulo: Atlas S.A., 1985. 122 p.

DEMO, Pedro. Pesquisa participante: mito e realidade. **Em Aberto**, v. 3, n. 20, 2011.

FABRIS, Bruna Rafaella; BEGNINI, Karoline. **Estudo da gestão ambiental conforme a agenda ambiental na administração pública –a3p no setor público ambiental do município de Chapecó -SC**. Francisco Beltrão, 2014. 79 p.

FAUSTINO, Manuel; AMADOR, Filomena. O conceito de “sustentabilidade”: migração e mudanças de significados no âmbito educativo. **Indagatio didactica**, [S.L.], v. 8, n. 1, p. 2022-2033, jul. 2016.

FERREIRA, Ana Paula Alf Lima et al. A prática de sustentabilidade: um estudo bibliométrico com relação à percepção dos pesquisadores da área de administração. **Revista metropolitana de sustentabilidade**, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 44-60, set./dez. 2015.

FREITAS, Claudio Luiz de; BORGERT, Altair; PFITSCHER, Elisete Dahmer. Agenda ambiental na administração pública: uma análise da aderência de uma IFES as diretrizes propostas pela A3P. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 11., 2011, Florianópolis. **Anais...** Santa Catarina: UFSC, 2011.

FROTA, Maurício Nogueira; LUIZ, Fabrício Casarejos Lopes. Comprometimento e alinhamento da pós-graduação da puc-rio com o desenvolvimento sustentável. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 10, n. 21, p. 699-725, out. 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas S.A., 2008. 200 p.

LIMA, André dos Santos et al. Sustentabilidade empresarial: concepções e ações ambientais de gestores do setor alimentício. **Revista razão contábil e finanças**, Fortaleza, v. 4, n. 2, p. 139-156, jul./dez. 2013.

LUIZ, Lilian Campagnin et al. Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e Práticas de Sustentabilidade: Estudo Aplicado em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. **Administração pública e gestão social**, [S.L.], v. 5, n. 2, p. 54-62, abr./jun. 2013.

MACINI, Nayeley; BANSI, Ana Cláudia; CALDANA, Adriana Cristina Ferreira. Ações e indicadores para a gestão sustentável de pessoas. **Revista de Administração da UFSM**, Santa Maria, v. 10, Ed. Especial, p. 08-25, 2017.

MARQUES, Carolina Sampaio; TRESIVAN, Marcelo. Análise das dissertações acadêmicas sobre o tema sustentabilidade nos mestrados em administração: mapeando o panorama gaúcho. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade – GeAS**. São Paulo, vol. 7, n. 1, p. 62-82, jan./abr. 2018.

MELLO, Leonardo Freire de; OJIMA, Ricardo. Além das certezas e incertezas: desafios teóricos para o mito da explosão populacional. . In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambu. **Anais...** ABEP, 2004.

MMA. **A3P**-Agenda Ambiental na Administração Pública. 5. ed. Brasília, 2009. 100 p.

MMA. **Cartilha A3P** - Como Implantar a A3P. 2. ed. Brasília, 2016. 20 p.

OLIVEIRA, Ana Paula de; GOMES, Samuel. Gestão ambiental e práticas sustentáveis na empresa. **Revista CEPPG - CESUC**, [S.L.], v. 15, n. 26, p. 179-195, 1º semestre de 2012.

ONU. **O Futuro que queremos**. Rio de Janeiro, 2012. 21 p. Disponível em: <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/OFuturoqueQueremos_rascunho_zero.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2017.

PEGORIN, Maria Cristina; SANTOS, Darliene Costa dos; MARTINS, Ivan De Souza Costa. A aplicação da Agenda Ambiental no Setor Público: Estudo de caso em uma Instituição da Administração Pública Federal Direta. . In: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 10., 2014, Rio de Janeiro. **Anais...** INOVARSE, 2014.

PELOSO, Ayslan Cavalcante et al. Sustentabilidade ambiental: uma análise bibliométrica. **Encontro de Iniciação Científica das Faculdades Integradas Antonio Eufrásio de Toledo**, Presidente Prudente, v. 9, n. 9, p. 1-8, 2017.

PRADO, Walkiria Cavalcanti. **Gestão Participativa A3P (Agenda Ambiental na Administração Pública) na Prefeitura da cidade do Recife: Contribuições da Educação a Distância**. 2015. 153 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Gestão em EAD) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia, Recife, 2015.

RIBEIRO, Henrique César Melo. Teoria dos *Stakeholders*: um estudo bibliométrico de sua produção acadêmica divulgada nos periódicos nacionais de 1999 a 2013. **CONTEXTUS Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v. 14, n. 1, jan./abr. 2016.

RODRIGUES, Carolina. Empreendedorismo e Sustentabilidade Social na Terceira Idade. In: CONFERÊNCIA IBÉRICA DE EMPREENDEDORISMO, 5., 2015. Oeiras. **Anais...** EMPREEND, 2015.

SERAMIM Ronaldo José et al. Percepção do consumidor e a Gestão Ambiental em oficina mecânica no oeste paranaense. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade – GeAS**. São Paulo, v. 7, n. 1, p. 62-82, jan./ abr. 2018. (2018)

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4 ed. Florianópolis: UFSC, 2005. 138 p.

STASKOVIK JUNIOR, Glaucio; KOPROWSKI, Renato e SANTOS, Thalyta dos. Administração pública e sustentabilidade. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Itajaí, v.7, n.3, 3º quadrimestre de 2012.

TREINTA, Feranda Tavares et al. Metodologia de pesquisa bibliográfica com a utilização de método multicritério de apoio à decisão. **Produção**, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 508-520, jul./set. 2014.

VELLANI, Cassio Luiz; RIBEIRO, Maisa de Souza. Sustentabilidade e Contabilidade. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 1, n. 11, p. 187-206, jan./jun. 2009.

VELTER, Aline Nadalin et al. O estudo da Sustentabilidade na Administração: um levantamento dos “hot topics” publicados na última década. In: SEMINÁRIOS DE ADMINISTRAÇÃO, 13., 2010. **Anais...** SemeAd, 2010.

XIMENES, Sérgio. **Dicionário da Língua Portuguesa**. 3 ed. São Paulo: Ediouro, 2001. 908 p.